

JUDIC

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora, **BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Canuto de Aguiar, nº 1.220, sala A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 69.720.910/0001-45, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora") e, como agente fiduciário, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da 2ª emissão da Emissora (os "Debenturistas" ou, individualmente, o "Debenturista"), **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º. andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54 (o "Agente Fiduciário"), vêm celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Bic Arrendamento Mercantil S.A." (respectivamente, a "Escritura de Emissão", a "2ª Emissão" e as "Debêntures"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 15 de outubro de 2003 (a "RCA"), nos



1/23



termos do § 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "Lei das Sociedades por Ações"), com redação dada pela Lei n.º 10.303, de 31 de outubro de 2001.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e publicação da Ata da RCA.

2.1.1. A ata da RCA será (i) arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC (a "JUCC") e (ii) publicada nos jornais "O Povo" e "Diário Oficial do Estado do Ceará".

2.2. Registro da Escritura de Emissão

2.2.1. A presente Escritura de Emissão será registrada na JUCEC, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.3.1. A 2ª Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações e suas alterações posteriores, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

2.4.1. A oferta pública das Debêntures da 2ª Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

3.1. Colocação e Procedimento

3.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mo-



DUCE

biliários, para colocação em balcão organizado e/ou bolsa de valores conforme previsto no item 4.14.1. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes da instituição líder da distribuição que desejarem efetuar investimento nas Debêntures, em ordem cronológica.

3.1.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de distribuição pública pela CVM e da publicação do anúncio de início de distribuição.

3.2. Negociação

3.2.1. As Debêntures serão registradas para negociação junto ao Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP").

3.3. Valor Total da 2ª Emissão

3.3.1. O valor total da 2ª Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data da Emissão.

3.4. Valor Nominal Unitário das Debêntures

3.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (o "Valor Nominal Unitário").

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures na 2ª Emissão.

3.6. Séries

3.6.1. A 2ª Emissão será realizada em série única.



3/23



3.7. Destinação de Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos captados com a distribuição da 2ª Emissão serão destinados ao financiamento das operações de arrendamento mercantil da Emissora, bem como à sua composição de caixa.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 03 de novembro de 2003 (a “Data de Emissão”).

4.2. Forma, Conversibilidade e Titularidade

4.2.1. As Debêntures serão da forma nominativa escritural e não conversíveis em ações da Emissora.

4.2.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos” acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND.

4.3. Espécie

4.3.1. As Debêntures serão da espécie subordinada.

4.4. Prazo e Vencimento

4.4.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 42 (quarenta e dois) meses a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 3 de maio de 2007 (a “Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora procederá à liquidação financeira das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata o item 4.5. desta Cláusula Quarta, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão.



4.5. Remuneração

4.5.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração (a “Remuneração”) de 103% (cento e três por cento) da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP (a “Taxa DI”). A Remuneração será calculada a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento, quando será encerrado o período de Remuneração (o “Período de Vigência da Remuneração”), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

J – Valor unitário dos juros flutuantes acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Vigência da Remuneração;

VNe – Valor Nominal Unitário no início do Período de Vigência da Remuneração, informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI – Produtório da Taxas DI com uso de percentual aplicado, desde a Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{103}{100} \right), \text{ onde:}$$

n – Número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

TDI_k – Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

DI_k – Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (Overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.



DUCE

4.5.2. A Remuneração será devida na Data de Vencimento das Debêntures, conforme disposto no item 4.4.1. acima.

4.5.3. Se na Data de Vencimento não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a última divulgação da Taxa DI tiver ocorrido há mais de 10 (dez) dias úteis anteriores a data de vencimento da obrigação pecuniária da Emissora, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.5.4 e 4.5.5 abaixo.

4.5.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar a Assembléia de Debenturistas em até 15 (quinze) dias (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/2003 e demais regulamentações aplicáveis, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

4.5.4.1 A nova taxa de Remuneração proposta na Assembléia de Debenturistas deverá refletir a base de 252 dias.

4.5.5. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

(ii) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das



Debêntures. Nesta alternativa, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembléia de Debenturistas do item 4.5.4 acima.

4.6. Amortização Programada

4.6.1. Não haverá amortização programada das Debêntures.

4.7. Aquisição Facultativa e Resgate Antecipado

4.7.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no § 2º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

4.7.2. A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da Data de Emissão, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas nos termos do item 4.13 abaixo, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário até a data do efetivo resgate, acrescido da referida Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. O resgate será realizado com observância do disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, podendo ser total ou parcial. Se parcial, o resgate deverá ser realizado por meio de sorteio e será coordenado pelo Agente Fiduciário.

4.7.2.1 As Debêntures que vierem a ser resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas, comprometendo-se a Emissora a providenciar, no prazo de 30 (trinta) dias, o aditamento à presente Escritura e respectivo arquivamento na forma da legislação em vigor.

4.8. Vencimento Antecipado

4.8.1 São considerados eventos de vencimento antecipado, sujeitos à declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado da 2ª Emissão e da imediata exigibilidade do pagamento pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, em qualquer das seguintes ocorrências:



7/23



0000

- (a) não pagamento, pela Emissora, de quaisquer valores devidos em razão das Debêntures, nas respectivas datas de pagamento e/ou vencimento, não sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global não pago ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua ocorrência;
- (c) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, excluídas as obrigações de natureza pecuniária, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (d) decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974;
- (e) pedido de falência, de intervenção ou de liquidação extrajudicial da Emissora;
- (f) liquidação, dissolução ou extinção ou decretação de falência da Emissora;
- (g) vencimento antecipado ou inadimplência no pagamento de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (h) alteração estatutária da Emissora que implique redução de seu capital social, ou direito de recesso de seus acionistas, bem como reorganização societária da Emissora (que não envolva a realização de fusão, cisão ou incorporação), seus respectivos ativos, quando tais atos, a critério do Agente Fiduciário, acarretarem impacto na capacidade da Emissora honrar o cumprimento de suas obrigações nesta Escritura de Emissão.

4.8.2. Quando da ocorrência dos eventos indicados no item 4.8.1 acima, a Emissora deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, Assembléia de Debenturistas para solicitar a renúncia dos Debenturistas ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures. A Assembléia de Debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pelo Agente Fiduciário.



4.8.3. Na Assembleia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, mediante a aprovação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, observado o disposto no item 7.8. abaixo.

4.8.4. Na hipótese (i) do não comparecimento de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação na Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.8.3. acima, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.8.3. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.8.1. acima.

4.8.5. Na ocorrência do vencimento antecipado conforme item 4.8.1. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.9 abaixo, que, na hipótese prevista do item (a) da Cláusula 4.8.1. acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

4.9. Multa e Juros Moratórios

4.9.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), além da Remuneração, caso devida, nos termos desta Escritura de Emissão, calculada exponencialmente *pro rata temporis*, e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, também calculados *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial.

4.10. Decadência dos Direitos aos Acréscimos



9/23



10/23

4.10.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.9 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.11. Local de Pagamento

4.11.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (ii) por meio da instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, aos Debenturistas que não estejam vinculados a esse sistema.

4.12. Prorrogação dos Prazos

4.12.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Capital do Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.13. Publicidade

4.13.1. Todos os atos e decisões decorrentes da 2ª Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, nos jornais utilizados pela Emissora para a realização de suas publicações, com exceção do anúncio de início e encerramento que poderão, a exclusivo critério da Emissora, ser publicados no jornal "Diário do Comércio e Indústria - DCI, que circula na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.14. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.14.1. A subscrição das Debêntures será efetuada com observância dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados do deferimento do pedido de registro da Emissão de Debêntures pela CVM pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.



10/23



4.14.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros trimestrais, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM;
- (ii) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhados de parecer dos auditores independentes;
- (iii) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (iv) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.13 acima;

b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;

d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;



11/23



- e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente 2ª Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- f) convocar, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, Assembléia de Debenturistas conforme previsto no item 4.8.2;
- g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- j) manter todos os ativos operacionais relevantes adequadamente segurados;
- k) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante a comunhão dos Debenturistas;
- l) cumprir em todos os aspectos todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Agência de Rating, Banco Mandatário e Escriturador, Agente Fiduciário e sistemas de negociação no mercado secundário (SND); e
- n) durante todo o prazo de vigência das Debêntures, divulgar ou permitir que a Agência de Rating divulgue relatório com a súmula da classificação de risco.



12/23



5.2. A Emissora obriga-se a informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer evento previsto no 4.8.1 no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir de sua ocorrência.

5.3. A Emissora obriga-se também a efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.3.1. As despesas a que se refere o item 5.3. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- b) extração de certidões;
- c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho de suas funções, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.3.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.3 e 5.3.1 desta Cláusula Quinta, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo aos Debenturistas na ordem de pagamento.

5.4. A Emissora e o Agente Fiduciário declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da 2ª Emissão, a Planner Corretora de Valores S.A., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente



13/23



Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas da 2ª Emissão, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- b) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- d) não ter qualquer ligação com Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil; e
- f) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures da 2ª Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

- a) parcelas trimestrais de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a 1ª (primeira) devida no 5º dia seguinte à data da assinatura desta Escritura de Emissão e as demais devidas trimestralmente, até o vencimento das Debêntures, observado o disposto no item (c) abaixo;
- b) a remuneração prevista na alínea "a" do presente item será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de valores devidos e não pagos pela Emissora aos Debenturistas;



14/23



11050

c) As parcelas referidas no item "a" acima serão atualizadas, anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, de acordo com a variação do IGP-M acumulado no respectivo período, a partir da primeira parcela;

d) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma do item 5.3. da Cláusula Quinta acima, desde que devidamente comprovadas;

e) em caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custos e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente com relação aos pagamentos devidos nos termos da presente Escritura de Emissão por um período superior a 60 (sessenta) dias.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



15/23



11/03/20

- e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos no órgão competente, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- k) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;



16/23



(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e

(viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) na sua sede;

(iii) na CVM;

(iv) no mercado de balcão da CETIP; e

(v) na instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures.

n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;



17/23



11/05/20

o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, solicitação de informações junto à Emissora e à instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures;

p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e

q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada:

(i) à CVM;

(ii) à CETIP; e

(iii) ao Banco Central do Brasil.

6.6. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.8.2. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

b) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo requerer a falência da Emissora; e

c) representar os Debenturistas em processos de falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" e "b" do item 6.6. acima, observado o disposto nas condições estabelecidas nos itens 4.8.2, 4.8.3 e 4.8.4 da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, e, nos demais casos, se convocada a Assembléia de Debenturistas e esta assim o autorizar, por unani-



18/23



midade das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea “c” será suficiente a deliberação da maioria das debêntures em circulação.

6.6.2. O Agente Fiduciário responderá perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício das suas funções.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

6.7.5. A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário, deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEC junto com a presente.



19/23



6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para Assembléia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7.6. A declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.8.1. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima serão excluídas do número de Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, bem como aquelas detidas por controladores, controladas, ou coligadas da Emissora.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias de Debenturistas.



20/23



DUPLICADO

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS NOTIFICAÇÕES

8.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Bic Arrendamento Mercantil S.A.
Avenida Paulista, 1.048, 13º andar - Bela Vista
CEP 01014-100 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3179.9155
Fax.: (11) 3179.9277
At.: Sr. Carlos Roque

Para o Agente Fiduciário:

Planner Corretora de Valores S.A.
Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar - Cerqueira Cesar
CEP 01311-300 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3061.9444
Fax.: (11) 3060-9575
e-mail: afigueiredo@plannercorretora.com.br
At.: Sr Artur Martins de Figueiredo

Para o Banco Mandatário e Agente Escriurador:

Banco Itaú S.A.
Pça. Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itáúsa
CEP 04344-030 São Paulo - SP
Tel.: (11) 5029-4645
Fax.: (11) 5029-1917
At: Superintendência de Serviços de Ações e Debêntures



21/23



DUPLICADO

8.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

8.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

Cláusula Nona – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados nos incisos 2.1, 2.2 e 2.3 da Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

9.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.4. Observando-se os requisitos dos artigos 59 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, qualquer modificação à presente Escritura de Emissão somente será válida se realizada por escrito e com a concordância de todas as partes que assinam a presente.



22/23



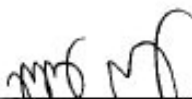
Cláusula Décima – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e, na qualidade de interveniente, o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, em conjunto com as 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 17 de outubro de 2003.

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.



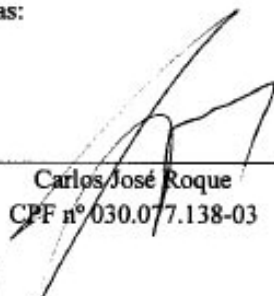
José Bezerra de Menezes
Diretor Presidente

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.




[•] [•]
Artur M. de Figueiredo Viviane A. R. dos Santos

Testemunhas:



Carlos José Roque
CPF nº 030.077.138-03



Maria Regina Ruiz
CPF nº 124.935.568-01

